

SESSÕES DO PLENÁRIO

34ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 25 de novembro de 2014.

PRESIDENTE: DEPUTADO MARQUINHO VIANA (AD HOC)

À hora marcada, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Coronel Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, Joacy Dourado, João Carlos Bacelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Câmera, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araújo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (59)

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão extraordinária.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- *“Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar às seguintes matérias: projeto de Decreto Legislativo nº 2.499/2014 e o Projeto de Decreto Legislativo nº 2.500/2014”.*

Não há expediente a ser anunciado. Não há manifestação de oradores no Pequeno Expediente.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Grande Expediente. Não há

manifestação de oradores inscritos na sessão extraordinária.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PSL/PP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PTN/PRP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, usarei todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Com a palavra o deputado Gaban pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, dando seguimento ao relatório que elaboramos referente às contas de 2011. Vamos tratar agora sobre o que ocorria com a segurança em 2011.

Meu caro, deputado Alan Sanches, não pense que estou falando de 2014. Estou falando de 2011, da segurança pública. Governo não consegue reduzir...

Isso é relatório do Tribunal de Contas, “Tribunal Carinhoso”, com o Estado, o TCE. É velho e isso se repete, 2011, 2012 a mesma coisa, 2013 eheheh... E a Bahia continua, infelizmente, recordista nacional em número de homicídio por 100 mil habitantes. Vamos lá para o que dizia o relatório do tribunal, que depois aprova as contas, de 2011.

O governo não consegue reduzir altos índices de segurança pública -A Segurança Pública, outra área prioritária do Governo, apesar de possuir o quarto maior orçamento do Poder Executivo, com um total de R\$ 2,55 bilhões, no exercício 2011, não vem conseguindo reduzir a criminalidade. Segundo estatísticas oficiais da Secretaria de Segurança Pública (SSP), dentre as doze modalidades criminosas contabilizadas pelas suas estatísticas, em 2011, oito delas apresentaram crescimento em relação ao exercício 2010.

As situações mais preocupantes são nos casos de crimes contra a integridade humana, como tentativa de homicídio – que apresentou uma elevação de 14,1% (saltando de 2.986 para 3.407), estupro, com aumento de 4,2% (pulando de 1.956 para 2.039) e roubo seguido de morte, com acréscimo de 12,5% (112/126.)

O número de homicídios no Estado diminuiu 5,5% em 2011, com relação a 2010. Mas a diminuição de cinco pontos percentuais e meio, ocorreu sobre uma base muito elevada, depois de quatro anos consecutivos de aumento, com uma alta acumulada de 43,78% no número de assassinatos, até 2011.

Nos quatro anos anteriores, a quantidade de homicídios pulou de 3.222, em 2006, para um total de 4.900 em 2010, um aumento de 52,2%.

Mesmo com a queda do número de assassinatos, em 2011, a Bahia ainda apresenta taxas muito elevadas. O Estado possui um índice de 32,8 homicídios para cada 100 mil habitantes, número pelo menos três vezes maior do que o nível considerado como epidêmico pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Uma taxa

acima de 10 assassinatos para cada 100 mil habitantes é considerada como epidemia, segundo padrões adotados pela OMS.

O número total de assassinatos na Bahia, em 2011, ficou acima do estado de Pernambuco (3.506), de São Paulo (4.189), veja a população de São Paulo e a população da Bahia, e próximo da quantidade de homicídios ocorridas no Rio de Janeiro (4.724). Mas na comparação do índice de assassinatos para cada 100 mil habitantes, principal indicador de segurança no mundo, Bahia está muito à frente dos dois estados da Região Sudeste. Em São Paulo, em 2011, a taxa de homicídio para cada 100 mil pessoas ficou em 10.

Segundo relatório recente, inclusive da ONU, e também de uma entidade do México, apresenta Salvador como a 13ª cidade mais violenta do mundo. Vejam 2011 e vejam o quadro de 2014, parece que esse é um relatório piorado da situação que havia em todos os segmentos. Já falei aqui da saúde, da educação, já falei dos REDAs, do PST, do déficit orçamentário que havia em 2011, de 576 milhões na balança, ou seja, o governo gastou 576 milhões, 824 mil a mais do que arrecadou em 2011. “Tudo como dantes no quartel de Abrantes”, como diz o adágio popular.

Se formos falar da seca, lembramos da propaganda “água para todos”. Água para todos em Salvador, e olha lá, pois nos bairros periféricos não tem.

Em 2011, orçamento restrito para enfrentar maior seca dos últimos 30 anos - No ano em que marca os vinte anos da realização da Conferência das Nações Unidas (Rio-92), o nordeste brasileiro apresenta a pior seca dos últimos 30 anos. Ainda faltam políticas públicas de convivência com a seca, através de assistência técnica efetiva, principalmente para os pequenos produtores, treinamento para enfrentamento dos períodos de estiagem, bem como maior aporte de recursos orçamentários.

A região mais afetada, como sempre, é o semiárido, principalmente no estado da Bahia. Já se contabilizam prejuízos para a pecuária e a agricultura de feijão e milho, com a queda do preço da arroba e do litro de leite, aumento do preço da saca de feijão etc.

Através de pesquisa realizada pela assessoria do TCE nos sistemas corporativos do Estado, verificou-se que no exercício de 2011 foram aplicados recursos financeiros no montante de R\$37.599.143,88, através da execução de apenas dois projetos e duas atividades, visando a assistência às famílias e municípios e implantação de soluções hídricas (cisternas, aguadas, poços artesianos).

Em recente artigo veiculado, em 29/05/2012, no site Bahia Notícias, o engenheiro especialista em recursos hídricos, Manoel Bonfim Ribeiro, tece os seguintes comentários acerca da seca no estado da Bahia em 2012: “[...] não é uma seca inusitada, mas prevista de longas datas pelos estudos do Instituto de Atividades Espaciais (IAE) de São José dos Campos. [...] O semiárido dos quatros estados Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco somam uma área total de 327.000 km² e o da Bahia sozinho tem área de 320.000 km² [...] Desde o final do século XIX aqueles estados começaram a luta pela geração de água construindo açudes de maneira obstinada. [...] O semiárido baiano, entretanto, ao longo do século XX, ficou totalmente esquecido pelos governantes apesar de sua mais baixa

pluviosidade. [...] Não tivemos um programa específico e determinado de construir uma estrutura hídrica. [...] Construímos, tão somente, cerca de 150 açudes de pequeno e médio porte armazenando 1 bilhão de m³. Toda nossa água armazenada, isso em 2011, cabe num único açude do Ceará, o Araras [...] – São 269 municípios, 57% da área do Estado carentes de estrutura hídrica. O programa de cisternas é excelente para as famílias sertanejas, já é um avanço, mas é água doméstica, mitiga a sede, mas não gera economia.” Isso é 2011! Se formos ver o quadro de agora, continua o mesmo.

PUBLICIDADE E PROPAGANDA. Aí a Bahia é especialista.

Gastos com publicidade e propaganda, em 2011, foram três vezes maior do que investimento contra a seca, deputado Zé Neto, olhe aqui, esse é o relatório do TCE. Enquanto o Governo do Estado investiu apenas R\$ 37 milhões para combate a seca em 2011, os gastos com publicidade e propaganda alcançaram a cifra de R\$ 122 milhões, em 2011. As despesas realizadas com propagando, promoção e divulgação das ações de Estado, subiram 12%, no exercício 2011 (R\$ 122,33 milhões), em comparação ao ano de 2010 (R\$ 109 mi), segundo item 5.4.2.5.1.2 do relatório de Contas de Governo da Exma. Conselheira Relatora. Os gastos com publicidade subiram 162,5%, entre os anos de 2007 e 2011, exercícios que compreendem as duas gestões do Governador Jaques Wagner. Nesse período, as despesas com publicidade saltaram de R\$ 46,6 milhões, para R\$ 122 milhões, conforme dados do relatório das Contas de Governo 2011.

A economia baiana registrou pequeno desempenho. Deputado Paulo Câmara, parece que eu estou fazendo o relatório de 2014. Tudo igual! Não muda nada! Piorou! Os números apenas pioraram. Vamos lá:

A economia baiana aumentou apenas 2% no exercício 2011, índice de crescimento muito baixo em comparação ao registrado em 2010 (7,5%), de acordo com dados do Relatório das Contas Governamentais. Apesar de a crise econômica mundial ter afetado todo país, a performance da economia do Estado, em 2011, ficou abaixo de um crescimento do Brasil (2,7%), no mesmo exercício.

O desempenho da economia baiana é fruto dos resultados alcançados nos principais setores econômicos do estado, com destaque negativo da performance do setor industrial da Bahia.

Tem mais! As 14 missões oficiais do Governador ao exterior, no ano de 2011, não resultaram em investimentos que possibilitassem reverter a retração de subsectores da indústria como a produção de veículos automotores, que apresentou queda de 15,3%, e o seguimento de produção petróleo e álcool, com declínio de 24,1%."

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Para concluir, deputado Gaban.

O Sr. GABAN:- Concluindo, Sr. Presidente.

Finalizando, ele cita que a Ebal não vem cumprindo o que estabelece o seu estatuto quanto a sua principal finalidade "... comercialização de alimentos, produtos essenciais", haja vista que, ao menos nos últimos dois anos, o principal produto de comercialização da empresa foi o item cerveja. Observem, o principal item de comercialização...

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Para concluir, nobre deputado Gaban.

O Sr. GABAN:- Isso é interessante, deputado Marquinho Viana, até para a cultura de V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):-V.Ex^a terá mais tempo para usar a tribuna, nobre deputado.

O Sr. GABAN:- Eu usarei, Sr. Presidente. Só vou finalizar.

Em 2011, sabe qual foi o item mais comercializado pela Ebal, deputado Carlos Brasileiro? Cerveja! A cerveja foi o item responsável por 15,63% de todas as vendas da Ebal em 2011, chegando a representar quase $\frac{1}{4}$ (22,45%) de todas as vendas da empresa no mês de dezembro. Essa é finalidade da Ebal no governo Wagner, vender cachaça! A finalidade não é mais vender produtos básicos a preços diferenciados, para regularizar o mercado e comercializar a cesta básica da nossa capital, do nosso Estado com o preço mais baixo com relação ao comércio varejista privado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Com a palavra o nobre Líder do Governo ou da Maioria, ou o Líder do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Zé Neto:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Não havendo orador, concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PR, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Carlos Geilson:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Não havendo orador, com a palavra o nobre Líder da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PSC/PV/PRB, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Não havendo orador, concedo a palavra ao nobre Líder do Governo ou da Maioria, ou ao Líder do PSD, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Não havendo orador, concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Dem, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Carlos Geilson:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou do PT, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, não há orador.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Ordem do Dia.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Em discussão única e votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 2.499/2014, de procedência da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, que aprova as Contas do Poder Executivo do Estado da Bahia do exercício de 2011.

Assina o deputado Marcelo Nilo, presidente.

Para discutir, o deputado Gaban.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Com a palavra o deputado Gaban pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. GABAN:- Antes, porém, Sr. Presidente, o Plenário está vazio. Um dia de votação, um dia importante. Estou aqui usando todos os horários para mostrar o desarranjo que foram as contas e o balanço do governo em 2011. Não vou fazer isso com o Plenário vazio. Por essa razão, solicito uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- V.Ex^a será atendido.

Façam soar as campainhas. Marquem 20 minutos.

Há um pedido de verificação de quórum.

Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas que estão na sala do cafezinho, nos seus gabinetes, na biblioteca, há um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

Marquem 15 minutos.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Questão de ordem do deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, gostaria de registrar nas Galerias do Plenário da Assembleia Legislativa do Estado a presença das ilustres figuras da Sra. ex-Secretária de Educação do município de Madre de Deus, a mui digna professora Monara, fazendo-se acompanhar pelos mui dignos presidentes de Cooperativas de Transporte Alternativo Srs. Heliodoro, da Coopac, Beбето, da Atamadre, Reinaldo, da Cootasf, e Sras. D. Gracinha, da Coomasp, e Lucrécia, da Coopercam.

Quero, Sr. Presidente, dar as boas-vindas a esses representantes de Associações de Trabalhadores do Transporte Alternativo, homens e mulheres que há mais de 20 anos em Candeias, São Francisco do Conde, Madre de Deus e São Sebastião do Passé fazem o transporte alternativo arriscando suas vidas nas estradas, correndo todo o risco de assalto, mas realizando um bom trabalho aprovado pelas comunidades daquelas cidades e, graças a Deus, respeitado pela sociedade.

Porém vinham sendo perseguidos por prepostos da Agerba, os quais lamentavelmente, como que a serviço dos grandes empresários, os oligárquicos que

pensam que são donos da sociedade pelo seu poderio financeiro. Mas graças a Deus esses trabalhadores têm resistido, com essas mulheres valorosas que estão ali dirigindo à noite transportando as pessoas. Tenho certeza que para acalmar os ânimos, que estão ruins nas cidades de Candeias, São Francisco e Madre de Deus porque estão paralisando esse tipo de transporte a toda hora, conseguiremos uma audiência com o diretor da Agerba. Já fizemos contato com ele, que inclusive já nos garantiu receber cinco dos representantes da categoria.

Tenho convicção que o governador Rui Costa, o senador Otto Alencar, o vice-governador João Leão, também muito sensível, e todas as autoridades eleitas nessa última eleição se sensibilizarão, assim como aconteceu em Feira de Santana, onde tenho certeza que o deputado Zé Neto, Líder do governo nesta Casa, participou efetivamente.

Então, o diretor da Agerba e o próprio governador do Estado, juntamente com o secretário da área dos Transportes, saberão o bom caminho para pacificar a vida daqueles que apenas querem trabalhar. São motoristas, mais de 250, e também mais de 250 cobradores, homens e mulheres pais de família que querem trabalhar. Eles estão dizendo não a uma vida irregular, querem tão somente continuar sustentando as suas famílias.

Por isso, desde já peço a toda esta Casa Legislativa e aos deputados da Oposição e do governo, como S.Ex^a o Líder Zé Neto, que busquemos a mesma fórmula que resolveu esse problema em Feira de Santana e outras cidades. Temos de buscar resolver, legitimar, regularizar a vida desses motoristas profissionais do transporte alternativo de Candeias, São Francisco, Madre de Deus e São Sebastião.

Muito obrigado pela presença de vocês aqui. Parabéns! As vossas presenças trazem a toda a Casa muita alegria.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- O quórum foi restabelecido.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Para discutir, o nosso nobre deputado Gaban.

O Sr. GABAN:- Serei breve, meu caro presidente Marquinho.

O que caberia para mim hoje, deputado Zé Neto, Sr^{as} e Srs. Deputados? Fizemos um levantamento que vai desde a disponibilidade de caixa do governo em 2011, que apontou um déficit de 570 milhões. Peguei os principais textos, o relatório do governo, do conselheiro França Teixeira, que falou - e já tive a oportunidade de apresentar - das enormes carências que havia na área da Educação naquele ano. O Estado deixou de investir 700 milhões de reais. Por isso, acabou acontecendo inclusive uma greve de mais de dois meses de todos os professores da nosso Estado.

Falamos da Saúde, das falhas que havia, da Segurança Pública e do REDA, que continuava. Chegamos a falar que o REDA entre as Secretarias da Saúde e Educação ocupa quase 61% de todos os REDAs do Estado. Enfim, falamos do que acontecia. E nós denunciávamos no passado as irregularidades ocorridas. Há 15 dias já fiz um pronunciamento mostrando por que o governo contratava tanta gente através da Sesab. A explicação veio. Há 15 dias o Estado acabou detectando que dentro da Secretaria servidores ocupantes de cargos de confiança, Carlos Geilson, se

autocontratavam ou contratavam empresas deles. Quer dizer, como a pessoa tem um cargo no Estado, ela é contratada para prestar serviço para a própria Secretaria da Saúde. O que faziam outros ocupantes de cargo de confiança? Eles montavam empresas para prestar serviço na Secretaria da Saúde. Eles fiscalizavam a secretaria para essa empresa. Eles pagavam.

E o que é a saúde? A saúde continua como estava em 2011 e continua a mesma coisa hoje, ou seja, extremamente precária.

Ao levantar esses dados, eu peguei o voto em separado de Pedro Lino nas áreas de saúde, segurança, educação, abastecimento de água, enfim, todos os programas do governo. E fala de déficit, balanço e tudo. Ele diz, também, da falta de gestão havida àquela época.

E falando sobre falta de gestão, nós já estamos falando isso desde 2008. Não tinha gestão nas contas públicas do Estado da Bahia. A própria performance do Estado da Bahia, em relação aos outros estados, nos deixava triste, porque víamos estados, com capacidade menor do que a nossa, ter um balanço bem maior e mais equilibrado em relação às contas, às finanças, aos investimentos. Isso, também, se aplica ao governo federal quanto ao próprio estado.

O Estado da Bahia perdeu o poder de investimento quando colocou Carlos Martins na Secretaria da Fazenda. Nada pessoal contra Carlos Martins. Nada. Não há nada pessoal contra ninguém. Mas ele era um péssimo secretário da Fazenda. Ele acabou com as finanças do Estado. Ele permitiu que o Estado, ano a ano, gastasse mais do que arrecadava.

E deu no que deu! Tudo o que falamos acabou acontecendo infelizmente.

O governador, agora, foi obrigado, para tentar fechar as suas contas, a parar o Estado durante 3 meses. O que o Estado fez? Deu um tiro no pé. Nós fomos contra!

Quantos pronunciamentos eu fiz dizendo que quando eu dei a sugestão – que o governador acatou – para mudar a Constituição do nosso Estado a fim de permitir que nós utilizássemos recursos dos *royalties* do petróleo, baseada na Emenda nº 42 do Senado que permite essa utilização para tapar o fundo da previdência do Estado?

O problema era seriíssimo. O governo acatou a minha sugestão. Mas, ao mesmo tempo, o governo mandou um anteprojeto para utilizar tais recursos no que queria. E isso, ele o fez. Agora, ficou o rombo!

Talvez Wagner não acreditasse que o candidato dele, Rui, ganhasse a eleição e ele deixaria o pepino para Paulo Souto. Nós perdemos a eleição de uma maneira surpreendente. Mas a democracia é isso. O povo optou por este governo. Ótimo. Que continue!

Eu mandei, até, fazer um cartão de visita. Sabe o que diz esse cartão, presidente? Quando alguém vem pedir alguma coisa para mim, eu coloquei no cartão: “Vá pedir para Dilma” (Risos) Ela resolve tudo. (Risos) Ela vai resolver todos os problemas do País! Inclusive, ela disse que: “Pedra sobre pedra não ficará no País, pois eu vou mandar prender todos os corruptos.”

Espero que ela comece a fazer isso, porque ela está pongando, até agora, em quem? Ela está pongando no juiz federal corajoso do Paraná e na Polícia Federal do

Paraná. Não se enganem! Não tenho dúvida nenhuma de que as Polícias Federais nos estados e os Ministérios Públicos, em âmbito federal, vão tomar as providências.

E já tenho a informação de que, na Bahia, já começaram a fazer investigação. E vão fazer no Brasil inteiro, porque a Polícia Federal e o Ministério Público Federal fizeram concurso público. Muita gente jovem entrou querendo mostrar serviço e cumprir com as suas obrigações.

Por isso, agora, nós estamos falando de um assessor que devolveu R\$ 250 milhões! Tem de limpar e lavar mesmo este País!

Falei dos REDAs que continuam na área da saúde. Pedro Lino falou, enfim, de tudo o que acontecia.

Já relatei tudo. Cumpri com a minha obrigação mais uma vez. Para quem não teve tempo de estudar as contas de 2011, trouxe ao Plenário todas as mazelas ocorridas e, infelizmente, as mesmas mazelas continuam a acontecer.

Então, meu caro presidente Marquinho, com a consciência do dever cumprido, trouxe ao conhecimento dos parlamentares, que não gostam de trabalhar nesta área específica aqui no plenário, para ter um conhecimento geral.

Enfim, todas as considerações, feitas por mim, ficam registradas nos Anais desta Casa. Cumpri com a minha obrigação.

É certo que o governo tem a maioria. E, como sempre, não vai querer, nunca, se basear em um relatório técnico, mas vai dar o voto político ao aprovar as contas. Então, cumpro com a minha obrigação. E não vou utilizar todos os horários, porque já usei os horários necessários para fazer a leitura durante o transcorrer desta sessão.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, meu caro deputado Marquinho Viana, Barra da Estiva deve estar orgulhosa com a transmissão da *TV Assembleia* ao ver V.Ex^a presidir esta sessão. Creio que deve haver, até, banda de música para comemorar este feito neste momento.

Mas, Srs. Deputados e Deputadas, votarei contra a aprovação das contas, porque vemos que este governo, entre o que prega e realiza, é eivado de contradições. Quem não lembra quando, em 2006, em plena campanha, este governo dizia que acabaria com o REDA? Dizia-se que o REDA era moeda de troca do governo anterior. Dizia-se que isso não iria acontecer e era necessário dar uma basta!

Sinto-me muito à vontade para falar sobre isso, porque nunca fui contra ao fim do REDA. Em alguns momentos e situações e em algumas repartições, o REDA é importante, às vezes, pela necessidade do funcionário e pelo processo burocrático do concurso. Nesses casos, o REDA poderá ser usado como preenchimento de vagas em qualquer órgão público.

Entretanto o governo pregava a extinção ou o fim do REDA. Mas os contratos tipo REDA continuaram e, hoje, se proliferou muito mais. Dizem até – não acredito – que tem deputados com milhares de REDAs. Todavia, quando a folha de pagamento e

as contas do Estado são vistas, nós nos surpreendemos com o grande número de REDAs.

Outra questão, também, são os gastos com a publicidade. Quem não acompanhou o governo, em campanha, dizer que tinha um duto que ligava a Propeg à Rede Bahia de Televisão, Rede Bahia?

Lembro muito bem do deputado Zé Neto questionar a Cesta do Povo! Eis que se criou, aqui na Casa, uma CPI. Ela resultou em quê?

Otto Alencar era o presidente do Conselho da Cesta do Povo quando migrou o Sr. Omar, que era o presidente da Cesta do Povo e afilhado político de Otto Alencar. Quando houve a mudança para apoiar o atual governo, não se falou mais nas questões da Cesta do Povo.

O Sr. Zé Neto:- Foi para a Justiça.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Deputado, V.Ex^a deu tantas entrevistas àquela época, tantas entrevistas e não resultaram em nada. Acabou em pizza, aquelas pizzas gostosas que V.Ex^a costuma devorar nos finais de semana, foi a mesma coisa, não se viu uma punição, não se falou em mais nada, sepultou, bastou que aqueles políticos, na época carlista, imprensados, mudassem de lado para a coisa acabar. Foi uma grande *pizza* essa CPI da Cesta do Povo, não deu nada.

(O Sr. Deputado Zé Neto se manifesta fora do microfone.)

O Sr. CARLOS GEILSON:- Ah, mas está no Judiciário, tá não sei o quê. O próprio governo perdeu o interesse, o deputado Zé Neto perdeu o interesse na investigação.

Portanto, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, as contas do Estado da Bahia em tela terão o nosso voto contrário por essas contradições, pelos gastos abusivos e excessivos, pelo mau gerenciamento das contas públicas, pelos gastos de forma contraditória na área da saúde, pelas contratações feitas de forma ilegal, por tudo isso embaso a minha posição de votar contrário à aprovação das contas que daqui a pouco serão analisadas e votadas por esta Casa.

Além do mais, o governo tem uma base sólida, inflada, inchada, deputados que nem leram o relatório, que nem acompanham o que está acontecendo, simplesmente votam porque receberam a ordem e vão votar. Eu, vou ficar na minha análise, no meu posicionamento.

A despeito de qualquer posicionamento que o meu Partido venha a ter no futuro, a minha posição será sempre de coerência com o que falei na campanha, com o que falo aqui desta tribuna, eu quero ser julgado pelo meu trabalho e não pelas minhas incoerências. Se o governo apresentar algo de forma positiva, algo que venha beneficiar a sociedade, tenho votado como já votei outras vezes e, recentemente, votei pela aprovação do empréstimo de 800 milhões de reais para o metrô em Salvador. Quem vota é quem está e deve estar em sintonia com os anseios da população. Não deve ser oposição por ser oposição como o PT fazia antigamente ao ponto de ficar contra a vinda da Ford para a Bahia. E não ser governo simplesmente porque tem algumas benesses em espaços administrativos e generosos nesse governo que, aliás, os adesistas não têm esse espaço generoso, só que tem são os petistas

orgânicos, esses têm espaços generosos. Os adesistas, dizem que vivem a pão e água. Mas eles preferem ficar a pão e água a ficar apenas na poeira, sem nada, mas preferem alguma coisa.

Portanto, Sr. Presidente, esse é o meu posicionamento, essa é a nossa forma de analisar as contas do Sr. Governador que daqui a pouquinho serão votadas nesta Casa.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

Em votação...

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o projeto de decreto legislativo nº 2.499/2014, de procedência da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, que aprova as contas do Poder Executivo do Estado da Bahia do exercício de 2011. Em votação...

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.499/2014

Aprova as Contas do Poder Executivo do Estado da Bahia do exercício de 2011.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - Ficam aprovadas as Contas do Poder Executivo do Estado da Bahia relativas ao exercício de 2011.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 09 de maio de 2014.

Comissão de Finanças e Orçamento

O Sr. Gaban:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Já não vai ser em votação secreta, deputado.

Desculpe-me, questão de ordem.

O Sr. Gaban:- Então solicito verificação de quórum de votação, deputado presidente, meu amigo Marcelo Nilo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Exª será atendido.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Que seja dado o tempo regulamentar para que os deputados se apresentem ao plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Exª também será atendido.

Srs. Deputados, que estão no cafezinho, que estão em outros recintos, quórum de votação das contas de S.Exª o governador Jaques Wagner do exercício de 2011.

Zerem o painel, marquem 25 minutos. Srs. Deputados, marquem as presenças (Continuação da verificação de quórum.)

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do meu querido amigo, meu concorrente mas grande parceiro, deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Sr. Presidente, agradeço a gentileza de V.Exª, mas é só para registrar a presença do vereador Dailton, da cidade de Madre de Deus, sempre atuante naquela cidade, sempre procurou buscar os benefícios ali, e, como vereador, é a autoridade mais próxima do povo e a que mais sofre os reclames do povo. É importante tê-lo nesta Casa, neste plenário, nesta Assembleia, e, quem sabe um dia, também honrando esta Casa como mais um dos deputados, porque nada para Deus é impossível. Está ali também o seu companheiro Vítor, bem como o meu filho João Paulo que também foi coordenador no Estado da nossa campanha vitoriosa para deputado. Aproveito também para parabenizar o Dr. Davi Lima Filho, que também está nas galerias. Que Deus abençoe todos vocês.

Parabéns, portanto, a meu filho João Paulo, coordenador estadual da minha campanha vitoriosa para deputado, o vereador já citado, o amigo Vítor, todos vocês. Sejam felizes, quem sabe... Está ali o prefeito da cidade. Saúdo, neste instante, a nossa querida Romara, também grande mulher, que está na luta do pessoal da van. De repente, está uma chapa que ninguém vai segurar. Só não se sabe quem é quem. É isso.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Já deu quórum, nobre deputado!

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Muito obrigado, Sr. Presidente. Sinto não votar com V.Exª. Ficarei doído.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Solicito zerar o painel.

Em votação.

A votação é secreta.

Como recomenda o voto à sua Bancada, deputado Gaban? Sim, não ou abstenção?

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, por tudo que expus nesta tarde de hoje para as várias irregularidades apontadas inclusive pelos auditores do Tribunal de Contas do Estado, bem como os conselheiros França Teixeira e Pedro Lino, infelizmente, tenho

de recomendar à minha bancada votar “não” em função das irregularidades apontadas.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, não entendi. V.Ex^a recomenda sim, não ou abstenção?

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, pelas irregularidades todas apontadas na tarde de hoje e as relatadas pelos conselheiros Pedro Lino e França Teixeira, recomendo à minha bancada votar “não”.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Gaban recomenda votar “não”.

Como recomenda o voto à sua bancada, deputado Zé Neto?

O Sr. Zé Neto:- Recomendo votar “sim”.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Zé Neto recomenda votar “sim” e o deputado Gaban recomenda votar “não” no projeto em tela que trata das contas do governador Jaques Wagner do ano de 2011.

Em votação.

Quem quer votar favoravelmente, para aprovar as contas do governador Jaques Wagner, marque “sim”.

(Procede-se à votação secreta do projeto em tela.)

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal dos Srs. Deputados que estão faltando votar.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vamos encerrar a votação.

Encerrada a votação.

Eis o resultado.

Foram aprovadas as contas de S.Ex^a, o Sr. Governador, com 35 votos “sim” e 3 votos “não.”

Portanto, foram aprovadas as contas do Estado da Bahia do exercício de 2011.

O Sr. Carlos Geilson:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem, deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Sr. Presidente, é só para constar que os deputados Carlos Geilson, João Carlos Bacelar e Gaban votaram contra.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, a votação é secreta. Mas fica registrado.

O próximo. São as contas de S.Ex^a o governador Jaques Wagner, que aprova as contas do Poder Executivo do Estado da Bahia do ano de 2012. Em discussão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra para discutir o deputado Gaban, pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, esse relatório é inclusive menor.

(Lê) “*Contas do Poder Executivo – Exercício de 2012*

Receitas

As Receitas realizadas no exercício de 2012, nelas compreendidas Correntes e de Capital, totalizaram R\$32,0 bilhões, representando uma variação nominal positiva de 18,14% em relação ao ano de 2011.

Na composição das receitas realizadas, destacaram-se as receitas tributárias e as transferências correntes, com uma participação de 49,6% e 34,48%, respectivamente.

DESPESAS

As despesas liquidadas no exercício de 2012, totalizaram R\$30,0 bilhões, correspondente a 91,68% do valor orçado atualizado que é de R\$32,7 bilhões. As despesas empenhadas atingiram o montante de R\$30,38 bilhões, com uma execução de 92,92% com relação ao valor atualizado do orçamento de 2012.

Quanto à comparação, com relação ao exercício de 2011, as despesas liquidadas apresentam um incremento de 11,54%, sendo que o maior índice de aumento foi no grupo de despesas correntes (demais despesas correntes), que apresentam um incremento de 16,2% em relação a 2011. As despesas de Pessoal e Encargos tiveram um incremento de 12,86%.

RECURSOS APLICADOS EM EDUCAÇÃO

Conforme a Prestação de Contas, as despesas de Educação (Modernização do Ensino Médio e Fundamental) em comparação com a Receita Líquida de Impostos, o Estado aplicou em 2012 o percentual de 25,51%, acima do limite, que é de 25,00%, mas percentual menor do que os anos anteriores, pois em 2011 foi 25,89%, 2010 foi 26,45%, 2009 foi 27,42%, 2008 foi 27,69% e 2007 foi de 27,06%.”

Ou seja, atingiu determinado pela lei de responsabilidade fiscal, e mais um percentual aplicado na educação menor que todos os anos anteriores do governo Wagner, que foi execução em educação em 2012. Se em 2011 foi ruim, em 2012 na educação continuou péssimo em termos de aplicação financeira.

Nos anos de 2006 e 2005, os percentuais foram de 28,96% e 30,44%.

Ou seja, o governo aplicou em 2012, 25,51% e no governo Paulo Souto nos dois últimos anos, em 2006 e 2005, o percentual ficou na casa de 30%.

(Lê) “RECURSOS APLICADOS EM SAUDE

Conforme a Prestação de Contas, as despesas de Saúde em comparação com a Receita Líquida de Impostos, o Estado aplicou em 2012 o percentual de 12,91%, acima do limite, que é de 12,00%, mas percentual menor do que os anos anteriores, pois em 2011 foi 13,44%, 2010 foi 13,77%, 2009 foi 13,89%, 2008 foi 12,83% e 2007 foi de 12,71%.

RESTOS E PAGAR E DISPONIBILIDADE DE CAIXA

O Estado da Bahia encerrou o exercício com Obrigações Financeiras de Restos a Pagar no montante de R\$1,2 bilhão, e com uma disponibilidade líquida de caixa, incluindo os recursos vinculados e não vinculados da ordem de R\$2,86 bilhões.

*Apesar desta disponibilidade de caixa positiva nas contas de recursos não vinculados envolvendo os Recursos Ordinários do Tesouro, recursos diretamente arrecadados pela Administração Direta e Indireta, **o saldo é negativo no valor total de R\$ 2,66 bilhões,...**”*

Vejam, se o saldo foi negativo - meu caro Paulo Câmara, que gosta de relatar as contas do governo - em 2011 foi negativo em 576 milhões, no ano de 2012, o saldo

negativo no valor de R\$2,66 bilhões.

(Lê) “ (...) situação que se repete, pois em 2011 o Estado encerrou o exercício com saldo também negativo.

PONTOS CRITICADOS PELO CONSELHEIRO PEDRO LINO EM SEU VOTO EM SEPARADO

O Conselheiro Pedro Lino votou pela desaprovação das contas, justificando o seu voto assim :

“Em decorrência da completa ausência de implementação de políticas públicas para minimizar o problema da gravíssima seca (a maior em cinco décadas) que assolou o Estado, em 2012, deixando em situação de urgência 257 municípios baianos; em função dos altos índices de criminalidade, com a Bahia ocupando o primeiro lugar no ranking de assassinatos no país; considerando o precário atendimento de saúde, agravado pela privatização e terceirização dos serviços médico-hospitalares.”

Por isso, meu caro deputado Cacá, que eu fiz a denúncia de ocupante de cargo de confiança da Secretaria da Saúde contratando empresas das quais eles mesmos eram os proprietários. Eles se contratavam para prestar serviço de saúde. Então vinha em 2011, 2012, essa marca já existia desde aquela época, segundo o relatório do Tribunal de Contas.

(Lê) “(...) pela falta de médicos concursados, além do superfaturamento constatados em contratos da SESAB; em decorrência da baixa qualidade da educação e da greve de professores, com prazo recorde de duração, que inviabilizou o ano letivo; em função dos elevados gastos com publicidade e propaganda -aí o Estado é craque- com aumento de 32,24%, em 2012; considerando a não implantação do sistema de Controle Interno do Governo, - que perdura até hoje e as contas continuam sendo aprovadas - instrumento essencial para aferir a eficiência, a eficácia e a efetividade das políticas públicas do Estado, com sua criação prevista desde a Constituição Federal de 1988 e, reiteradamente, cobrado pelo TCE, pelo menos desde 2003, antecipo meu voto, pela desaprovação das Contas Governamentais, relativas ao exercício de 2012”.

Alguns fatos analisados pelo Conselheiro :

1- “O Exmo. Sr. Governador alegou a queda da receita do Estado, durante o exercício 2012, para justificar a impossibilidade de conceder reajustes salariais para o funcionalismo, especialmente professores e policiais militares, além de justificar, com tal argumento, a dificuldade de o governo realizar novos investimentos.

2- *A Receita do Estado aumentou em 2012, 12% em relação a 2011.”*

Por aí você vê, justifica que não tinha dinheiro, mas a receita em 2012, para pagar funcionário público, para pagar professor, os militares, ele não tinha dinheiro. Mas a receita aumentou 12%.

(Lê) “3. O problema da gestão orçamentária do governo, em 2012, não consiste na baixa arrecadação, mas, sim, na má qualidade da despesa. O Governo gasta muito e mal. O gasto com custeio é muito oneroso, mal distribuído e com

desvios de finalidade.”

Parece que eu estou falando das contas de 2014.

(Lê) “O resultado reflete-se no baixíssimo poder de investimento do governo estadual.”

Chega ao ponto, meu caro deputado Carlos Geílson, no ano final da administração de Wagner, o poder de investimento é tão pequeno que ele foi obrigado a paralisar o governo nos três últimos meses da sua administração, porque não tem poder nenhum de investimento e tem que ajeitar as suas contas. Ou seja, ele tem que repor os recursos que ele gastou da Educação, Saúde, Segurança para tapar o rombo da Fonte 00 e arrumar as suas contas. Por isso que ele paralisou o Estado prejudicando, repito, todo o funcionalismo público, aquele que que programou suas férias, que é um direito do trabalhador, passear com sua família, dezembro e janeiro. Quem programou férias tem que cancelar. Agora, o governador tirou férias, o candidato eleito, o secretário Rui Costa, tiraram férias os dois. É justo? Sim. Agora, não é justo eles tirarem férias e o funcionário público, que tem o direito sagrado de descansar com sua família, ter que reprogramar suas férias programadas para dezembro e janeiro, atendendo a um decreto do governador que, repito, paralisou a máquina estadual.

(Lê): “(...) O percentual de investimentos do Estado, em 2012, foi de apenas 6,04% do valor total das despesas do Poder Executivo. Dos R\$ 27,5 bilhões efetivamente gastos, somente um total de R\$1,8 bilhão foi aplicado em investimentos...”

Lástima, em 2012, que repetiu-se em 2013 e, infelizmente, em 2014, piorou ainda mais.

(Lê):- “(...) A maior parte dos recursos do Estado foi gasta com o custeio da máquina, a exemplo das despesas com pessoal, encargos trabalhistas e sociais, que totalizam R\$ 26,5 bilhões, representando 87,42%...”

Como é que um governo pode ter poder de investimento, meu amigo Carlos Brasileiro, se ele gasta 87,42% no custeio da sua máquina? É essa falta de gestão que vínhamos apontando há muito tempo, e o próprio governador eleito já deu várias declarações dizendo: “Tenho que melhorar a gestão do governo. Tenho de diminuir a máquina do governo”.

Eram teses, meu caro amigo Carlinhos, que vínhamos defendendo... Há quanto tempo eu venho dizendo isso? Quanto tempo! Precisou terminar os 8 anos do mandato de Wagner para que o governador eleito dissesse que vai ter de melhorar a gestão, diminuir as secretarias. Era o que, meu caro Zé Neto, eu dizia há muito tempo.

Se V.Ex^{as} tivessem ouvido minhas palavras, como ouviram tantas vezes – eu elogiei quando sugestões minhas foram acatadas, conseguimos aprimorar vários projetos –, deputada Maria del Carmen, muitas sugestões que tinha dito, o governo Wagner poderia terminar este mandato em alto astral, fazendo as obras que a Conder, que V.Ex^a fez, minha cara deputada Maria del Carmen, quando foi presidente, investindo e realizando obras.

Sabe o que está acontecendo? Eu tenho um levantamento. Está pronto. Sabe aquelas obras todas que a Conder assinou com as prefeituras, e eu disse daqui da tribuna que eram obras eleitoreiras? Estão todas paralisadas. Dos R\$ 185 milhões, apenas cinquenta e poucos foram realizados. O resto está tudo parado. Quem vai pagar a conta? Coitado de Rui Costa. Tenho pena dele. Não vai contar com o dinheiro dos *royalties* do petróleo, que eu tinha sugerido para diminuir o rombo da previdência. Continua o rombo, porque o governador utilizou para tapar as contas negativas que tinha.

Então, ele vai ter de pagar a previdência, vai ter que continuar aportando recursos, senão o servidor público aposentado não vai receber seus benefícios, porque não tem dinheiro para isso. Ele vai ter que aportar. Vai ter de pegar todo esse pepino que o governador Wagner está deixando, com o Estado sem poder de investimento.

Mas deram um tiro no pé. Tinham certeza de que iam perder as eleições, ganharam, ficou o ônus aí para o PT administrar no ano de 2015, que vai ser duríssimo para o governador eleito.

A maior seca, na época... Olhe os números que o PT lança. Em 2011, o PT disse nas propagandas que era a maior seca dos últimos 30 anos. Em 2012, aproveitando o que falaram, “é a maior seca dos últimos 47 anos”. Chutam os números de uma maneira vazia, deputado Marcelino, sem dados concretos, sem nada.

(Lê):- *“(...) A maior seca dos últimos 47 anos produziu efeitos devastadores para a economia e para população da Bahia, em 2012, com três milhões de pessoas atingidas, 257 municípios em situação de urgência e perda de 25% da safra, um milhão de cabeças de gado mortas de sede e fome...”*

E o governo fazendo propaganda: “Água tem para todos, a Bahia não tem mais esse problema”. E o pessoal passando sede no interior.

(Lê):- *“(...) Apesar da grave situação, o governo estadual reduziu, em 2012, 48,44%, o orçamento previsto para o combate à estiagem, no mesmo período;*

O governo gastou R\$ 301 milhões em ações de combate à seca e R\$ 161 milhões em publicidade.”

Publicidade, a Bahia continua recordista nacional em todos os ângulos. São craques. Propaganda é com o governo mesmo.

Segurança pública, mesma história. Não estou falando de 2014, não, viu, deputado João Carlos Bacelar, deputado federal eleito, que vai nos honrar lá em Brasília. Parece que estamos falando em segurança pública de 2014, mas isso eu disse aqui foi sobre 2011, e agora é sobre 2012!

(Lê):- *“A quantidade de homicídios apresentou um crescimento exponencial no Estado, em 2012, com um aumento de quase mil assassinatos, em comparação ao ano de 2011”,* que foi um ano desastroso para a segurança pública em nosso Estado.

“O número de homicídios dolosos saltou de 4.631, em 2011, para 5.589, no exercício de 2012, segundo dados oficiais, publicados no site da Secretaria da Segurança Pública da Bahia. Com este total, o Estado alcança um índice alarmante de violência, atingindo um recorde histórico em número de homicídios”. Infelizmente, em 2013, o Estado acabou batendo esse novo recorde que tinha atingido

em 2012, em número de homicídios por cem mil habitantes.

Em 2006, comparando com o último governo de Paulo Souto, (Lê) *“foram registrados 3.622 assassinatos no Estado. Quatro anos depois, a quantidade de homicídios subiu 52%, atingindo a marca histórica de 4.900 mortes na Bahia”*.

Rapaz, é uma guerra! Com diversas guerras que estão acontecendo em outros países, ficamos com pena, mas temos de ter pena é da nossa Bahia! Tantos baianos morrendo aqui, 4.900 só no ano de 2012.

(Lê) *“(...) O número de homicídios voltou a crescer abruptamente, atingindo o recorde (5.589), após o aumento de 958 assassinatos apenas no período de um ano (2012). Em seis anos, a quantidade de assassinatos subiu na Bahia 54%, saltando de 3.622 (2006) para 5.589 (2012)”*.

Os investimentos em segurança foram de apenas 4% orçamento total do Estado. Nada acontece por acaso: não se investe em segurança, o número de homicídios aumenta e a Bahia, infelizmente, desde aquela época, sendo recordista nacional e aumentando assustadoramente o número de homicídios, graças ao quê? Ao narcotráfico, ao contrabando, ao domínio de bairros que cada vez se agrava mais, sobretudo na Região Metropolitana e na nossa querida Salvador, especificamente. Os bandidos do narcotráfico controlando o acesso de pessoas e de quem pode ou não entrar em bairros, como tem sido amplamente anunciado pela imprensa em nosso Estado.

Saúde. Verbas vinculadas à saúde foram desviadas para outras finalidades. Como vínhamos dizendo. (Lê) *“Na pasta da Saúde, ensejam pela desaprovação das presentes contas a utilização de verbas vinculadas, desviadas para outras finalidades, o artifício jurídico que diminuiu os recursos destinados à área da saúde, contrariando o disposto na legislação vigente; e o superfaturamento de R\$ 54 milhões em contratos locação de mão de obra”*. Locação de mão de obra que denunciei agora, há pouco tempo, quando surgiu o escândalo, em que o próprios funcionários da secretaria, ocupantes de cargos de confiança, faziam esses desvios.

(Lê) *“(...) Também corroboraram pela desaprovação, a progressiva privatização dos serviços de saúde, em detrimento da carreira do médico estatutário, com apenas 4 mil profissionais concursados em todo o Estado; o baixo nível de investimentos na área da saúde e o déficit de leitos no Estado*.

Os recursos do Estado destinados, obrigatoriamente, para serem aplicados na saúde, estão sendo depositados na Conta Única do Tesouro (CUTE) – para quê? Para suprir o custeio –, junto com outras verbas, contrariando a legislação vigente no País. A irregularidade foi denunciada por deputados estaduais, na Assembleia Legislativa do Estado, durante audiência pública na Comissão de Finanças, Orçamento e Controle, ocorrida no dia 2 de abril do corrente ano. Presente à sessão, o Exmº Secretário da Fazenda, Luiz Alberto Petitinga, admitiu a utilização das verbas vinculadas para outras finalidades, como demonstra a afirmação do gestor, durante a audiência, publicada no Diário Oficial do Estado, na edição do dia 3 de abril de 2013”. Aliás, foi uma inquirição, uma pergunta que eu fiz, que ensejou essa resposta do então secretário. O que ele disse, respondendo ao meu questionamento:

(Lê) *“Há um delay entre o processamento e pagamento do empenho. Por isso podemos administrar o caixa do Tesouro de modo a fazer os pagamentos necessários e evitar as operações de antecipação de receitas, que têm um custo alto para o Estado. O que não pode ser descumprido é a obrigação de realização daquela despesa”*. O que, infelizmente, o Estado nunca fez.

“Em pesquisa realizada no Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa do Governo, evidenciou-se a situação no 3º quadrimestre de 2012, com recursos carimbados da saúde sendo utilizados para cobrir deficiências de caixa. Tal fato contraria dispositivos legais expressos na Constituição Federal (CF), na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF 101/2000) e na Lei Complementar 141/2012.

Educação: greve de professores, contratações irregulares de docentes e baixo investimento”.

Por esse motivo, meu caro presidente Marcelo Nilo, vou recomendar, daqui a poucos segundos, que se vote contra, pelas irregularidades apontadas e detectadas pelo próprio Tribunal de Contas do Estado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 2.500/2014, que aprova as contas do Poder Executivo do Estado da Bahia no exercício de 2012. A votação é secreta.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.500/2014

**Aprova as Contas do Poder Executivo do
Estado da Bahia do exercício de 2012.**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA :

Art. 1º - Ficam aprovadas as Contas do Poder Executivo do Estado da Bahia relativas ao exercício de 2012.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2014

Comissão de Finanças e Orçamento

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, em função do relatório que acabei de apresentar aí da tribuna com uma série de irregularidades, inclusive pendências e irregularidades que ocorreram nos anos anteriores e continuaram, em 2012, mantidas pelo governo do Estado, recomendo, infelizmente, com tristeza, mais uma vez, a votação pela desaprovação ou voto “não” para as contas do governo de 2012.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quórum de votação. Zere-se o painel e marquem-se 25 minutos. Como recomenda a sua Bancada, deputado Gaban?

O Sr. Gaban:- Recomendo “não”, Sr. Presidente, pelos motivos expressos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Gaban recomenda “não”. Como recomenda a sua Bancada, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Recomendo “sim”.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Zé Neto recomenda “sim”, pela votação de contas do governador Jaques Wagner.

O Sr. Cacá Leão:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Cacá Leão.

O Sr. Cacá Leão:- Sr. Presidente, antes de utilizar minha questão de ordem, só para registrar a presença nas Galerias do vereador do município de Candeias Dr. Pitágoras e do ex-vereador do município de Lauro de Freitas Emanuel Carvalho, que nos acompanham nesta sessão importante de votação de contas do nosso governador Jaques Wagner.

Utilizo a minha questão de ordem, neste momento, para convidar os Srs. Deputados e Deputadas para que se façam presentes ao Plenário. Afinal, há uma verificação de quórum de votação, para que venhamos a votar as contas do nosso governador Jaques Wagner. O deputado Sargento Isidório se associa a mim nos cumprimentos aos amigos queridos que nos acompanham aqui hoje.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quórum de votação. (Pausa)

Já há quórum. Vamos votar o projeto. O deputado Gaban recomenda “não”, o deputado Zé Neto recomenda “sim”. A votação é secreta. Em votação.

(Os Srs. Deputados procedem à votação secreta.)

(O Sr. Presidente, deputado Marcelo Nilo, procede à chamada dos ausentes.)

Encerrada a votação.

Resultado: aprovadas as contas do governador Jaques Wagner do período de 2012, “sim” 40, “não” 3 votos.

Srs. Deputados, vou ler a Emenda Constitucional anunciada anteriormente, apresentada por mais de 21 Srs. Deputados, apresentada pelo deputado Adolfo Menezes, e subscrita por mais de 21 Srs. Deputados. Há aqui a dispensa de formalidades, assinada pelo Líder do governo e da Minoria. (Lê) *“A Constituição do Estado da Bahia passa a vigorar acrescida do seguinte art. 104-A:*

“Art. 104-A- Cessada a investidura no cargo de Governador do Estado, quem o tiver exercido pelo tempo mínimo de 04 (quatro) anos ininterruptos ou 5 (cinco) intercalados fará jus, a título de pensão especial, a um subsídio mensal e

vitalício igual à remuneração do cargo, desde que tenha contribuído para a previdência oficial por, no mínimo 30 (trinta) anos.

§1º – Caso o beneficiário venha a exercer mandato eletivo, ser-lhe-á assegurado, durante o exercício, o direito de opção pela percepção da pensão especial ou do subsídio do mandato.

§2º – Lei de iniciativa da Assembleia Legislativa estabelecerá uma estrutura de apoio para os ex-Governadores que façam jus ao benefício previsto no caput deste artigo.

Art. 2º – Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.”

O Sr. Gaban:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo): - Pela ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban: - Sr. Presidente, apenas para ter conhecimento quem assinou pela Minoria?

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo): - O deputado Bruno Reis. Vice líder em exercício.

O Sr. Euclides Fernandes: - Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo): - Pela ordem, deputado Euclides Fernandes.

O Sr. Euclides Fernandes: - Sr. Presidente, apenas para esclarecimento, gostaria de saber de V.Ex^a, de acordo com as nossas Constituições Estadual e Federal, se o deputado estadual pode ser autor de projetos que tragam despesas para o Estado?

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo): - Deputado, aí não é projeto, é emenda constitucional, veja bem. Não pode projeto, deputado.

O Sr. Carlos Geilson: - A emenda pode gerar despesa, o projeto não.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo): - Emenda constitucional pode, é soberana, estabelece. Por isso que é emenda constitucional.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, me desculpe, mas eu não sou da área jurídica, o senhor poderia traduzir essa emenda, por gentileza?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Inclusive como presidente, apesar de os deputados votarem livremente, eu defendo a emenda, que é a seguinte: um cidadão ou cidadã que tenha sido governador por 4 anos ininterruptos ou 5 por anos intercalados, que tenha contribuído durante 30 anos de previdência, tenha o direito à aposentadoria de ex-governador. E a outra é: se tiver cargos eletivos, foi eleito deputado, senador, ela suspende.

O Sr. Carlos Geilson:- É a aposentadoria do governador Jaques Wagner, vamos traduzir assim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou dizer, são 4, já estudei. O governador Paulo Souto, o governador Jaques Wagner quando sair do cargo, João Durval quando sair do cargo, e aí tem que ver juridicamente porque ele renunciou ao cargo dois ou três dias antes, não sei, porque vai ser decisão jurídica, e o ex-

governador César Borges.

Quero registrar que o governador Leur Lomanto já recebe. O neto Leur Lomanto Junior, que eu consultei sobre essa emenda, me disse que é amplamente favorável porque o avô dele foi governador do Estado, hoje está com idade avançada e os remédios que ele compra são frutos dessa aposentadoria. Acho justo que o governador que tenha contribuído por 30 anos de previdência tenha o direito a uma aposentadoria nesse nível. É uma posição pessoal, mas os deputados vão decidir aqui no voto.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, em linhas gerais eu seria favorável e sou favorável a essa aposentadoria. Acho que o político que chegou ao governo do Estado não pode ficar desamparado, e sua família... Muitos ou a maioria esmagadora ficam praticamente impedidos de exercer outra profissão, porque se forem trabalhar numa empreiteira vão dizer que foi porque beneficiou a empreiteira; se for para um cargo Executivo, depois de ter sido governador não vai querer ter um cargo menor, é complicado. Acho que o momento é inoportuno. Na hora em que estamos falando de desvio de dinheiro, de tudo que está acontecendo na atividade política do nosso País, infelizmente, o momento é inoportuno. Agora, a causa é nobre, eu defendo. Apenas é inoportuno o momento, mas eu defendo o ex-governador. Vou até mais longe, Sr. Presidente, se V.S^a me permitir. Acho que o ex-governador deveria ter inclusive alguma segurança patrocinada pelo Estado, porque ele foi uma autoridade. É um outro ponto para ser avaliado pela Casa na próxima legislatura porque um governador contraria interesses, então nada mais justo ele ter também um segurança para dar a sua proteção.

A emenda apresentada é extremamente justa, agora o momento eu acho inoportuno pelo que está acontecendo no País.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gaban, eu tentei apresentar essa emenda, salvo engano, há 4 ou 5 anos. Naquela época, no meu caso, cometi um equívoco de não ter colocado 30 anos de contribuição na previdência. Essa é diferente. O conselheiro, por exemplo, passa lá 5 anos e se tiver contribuído 30 anos de previdência, ele se aposenta como conselheiro. Acho justo. Como eu acho que é legal, moral, ético, acho que o momento é esse porque estamos já praticamente encerrando o mandato e venho postergando essa decisão há alguns meses.

Acho que o momento é esse e, diga-se de passagem, consultei diversos deputados experientes, inclusive V.Ex^a, e quando eu o consultei V.Ex^a foi logo favorável, consultei o deputado João Carlos, consultei alguns parlamentares aqui e todos, tanto da Base do governo quanto da Oposição, acharam oportuno – como V.Ex^a diz –, porque um ex-governador tem que ter a tranquilidade, quando deixa o governo do Estado.

Com relação à segurança, será um projeto de lei ordinária.

O Sr. Marquinho Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Marquinho

Viana.

O Sr. Marquinho Viana:- Com o falecimento do ex-governador a esposa terá direito?

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Não. Só o próprio governador.

O Sr. Marquinho Viana:- Ela não tem direito de requerer?

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Essa é uma questão jurídica. Eu não sei.

Designo para relatar, a minha querida amiga, deputado Maria Luiza Laudano, pela Comissão de Constituição e Justiça.

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados.

(Lê) “Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, à Proposta de Emenda à Constituição nº141/2014, de autoria do Deputado Adolfo Menezes, com apoio de diversos outros Parlamentares, a qual “acrescenta o art. 104-A à Constituição do Estado da Bahia, instituindo pensão especial para os ex-Governadores, e dá outras providências.

Apresenta, o Deputado Adolfo Menezes, com subscrição de outros 21 Srs. Parlamentares, à apreciação da Assembleia Legislativa, a proposta de emenda constitucional que ora venho relatar, no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, acrescentando o art. 104-A à Constituição do Estado.

Com a medida, pretendem os Autores a instituição de pensão especial para os ex-Governadores do Estado que tenham exercido mandato por 4 anos ininterruptos ou 5 anos intercalados.

Conforme ressaltam os Autores na justificativa, a proposta irá garantir “as mínimas condições de uma vida digna a quem se dedicou aos interesses maiores do Estado e do seu povo”.

Outra medida prevista é a da criação, através de lei de iniciativa da Assembleia, de uma estrutura mínima de apoio e segurança, “necessária ao exercício de suas atividades, cabendo salientar que as decisões tomadas por uma autoridade nem sempre agradam a todos os que são alcançados por elas, o que gera, por certo, um dever de cuidado para com aquele que foi legitimado no mais alto cargo do Poder Executivo estadual”, ainda segundo a justificativa da PEC.

Entende esta Relatora tratar-se de matéria de inteira justiça, e, considerando que a proposição atende os requisitos de legalidade e constitucionalidade, opino pela sua aprovação na forma apresentada pelo ilustre Autor e demais apoiadores.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 2014.

Deputada Maria Luiza Laudano, relatora.”

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer da nobre deputada Maria Luiza Laudano. Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado à unanimidade.

Convoco uma sessão extraordinária a realizar-se um minuto após o

encerramento desta, para votar o segundo turno, como também os projetos já com dispensa de formalidades apresentados aqui na Mesa.

Em votação o primeiro turno do projeto de emenda Constitucional relatado pela deputada Maria Luiza Laudano, que acrescenta o Art. 104-A à Constituição do Estado da Bahia, instituindo pensão especial para os ex-governadores, e dá outras providências.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 141/2014

Acrescenta o art. 104-A à Constituição do Estado da Bahia, instituindo pensão especial para os ex-Governadores, e dá outras providências.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA,
com fundamento no art. 74, § 3º, da Constituição Estadual,

PROMULGA:

Art. 1º – A Constituição do Estado da Bahia passa a vigorar acrescida do seguinte art. 104-A:

“Art. 104-A - Cessada a investidura no cargo de Governador do Estado, quem o tiver exercido pelo tempo mínimo de 4 (quatro) anos ininterruptos ou 5 (cinco) intercalados fará jus, a título de pensão especial, a um subsídio mensal e vitalício igual à remuneração do cargo, desde que tenha contribuído para a previdência oficial por, no mínimo, 30 (trinta) anos.

§ 1º – Caso o beneficiário venha a exercer mandato eletivo, ser-lhe-á assegurado, durante o exercício, o direito de opção pela percepção da pensão especial ou do subsídio do mandato.

§ 2º - Lei de iniciativa da Assembleia Legislativa estabelecerá uma estrutura de apoio para os ex-Governadores que façam jus ao benefício previsto no *caput* deste artigo.

Art. 2º – Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2014.

Deputado Adolfo Menezes

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado à unanimidade a PEC 141/2014.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Apenas um esclarecimento à pergunta que o deputado Marquinho Viana havia feito para V.Ex^a. A aposentadoria é para que, quando o ex-governador falecer - é óbvio, conforme as leis em vigor neste País -, a esposa continue recebendo o provento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a tem toda a razão. Eu lhe agradeço. É porque não conheço a lei, não posso opinar.

O Sr. Gaban:- É só para esclarecimento. E é mais do que justo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a tem toda a razão. E aí será dentro da lei.

Votado em primeiro turno.

Convoco uma sessão extraordinária para votar em segundo turno este Projeto de Emenda Constitucional, assim como o projeto de autoria do deputado Ubaldino, na forma da Lei nº 12.057/2011, e a convocação do secretário Sergio Gabrielli.

Declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*